

AO REVÉS DO AVESSO: A ANTIMASCULINIDADE FEMININA NA FICÇÃO DE CAMILO CASTELO BRANCO

Rochele Alves dos Santos Nogueira¹

RESUMO

Na sociedade portuguesa do século XIX, a masculinidade era manifestada por meio de dois principais grupos: o da nobreza cujos valores estavam na defesa dos títulos, no controle sobre tudo e todos e no poder de decisão total sobre as questões da família; o da burguesia que estava na obtenção de lucros, no condicionamento moral e nos direitos sociais. A partir dessa disputa das masculinidades, as mulheres eram colocadas, cada vez mais, na condição de subjugação e de exclusão de qualquer situação do dia a dia e de suas próprias vontades. Isso levou muitas delas a desbravarem caminhos, ultrapassarem limites, assumirem espaços considerados inacessíveis e colocaram, assim, em questão a condição de supremacia do homem. Diante desses pressupostos, este presente artigo tem como objetivo discutir o que denominamos, a princípio, de *antimasculinidade* que pode ser entendida como a reação e o posicionamento femininos em resposta à tensão e à opressão, bem como às imposições psicológicas e morais geradas constantemente pela dominação masculina. Em conformidade com essa temática, pretendemos aprofundar o conceito através de outra abordagem crítica, a *masculinidade feminina*, além de demonstrar uma análise literária da qual a elaboração parte dos comportamentos de personagens femininas nas narrativas de Camilo Castelo Branco (1825-1890): a Liberata, de *A neta do arcediogo* (1856) que de prostituta se transforma em uma autêntica heroína romântica; a Maria Elisa e a Rosa Guilhermina, de *A filha do arcediogo* (1854) que vivenciaram uma experiência homoerótica em um tempo em que a sexualidade era rigorosa reprimida. Como fundamentação teórica para tanto, baseamo-nos nos estudos de Pierre Bourdieu, George Mosse, Jacinto do Prado Coelho, José

¹ Graduada em Letras e Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), chelenogueira@hotmail.com;

Carlos Barcellos, Judith Halberstam e Mário César Lugarinho, a partir dos quais decorrem reflexões sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Antimasculinidade, Homoerotismo feminino, Personagens camilianos.

INTRODUÇÃO

No século XIX, em Portugal, as lutas políticas entre os sistemas absolutista e liberal trouxeram um rearranjo no pensamento e no convívio social, bem como nova maneira de ser e estar homem. Diante disso, apresentaremos que tais transformações contribuíram para o surgimento de duas maneiras de expressar a masculinidade: uma pelo Antigo Regime; outra a partir da consolidação da burguesia na sociedade.

A nobreza, com apoio da aristocracia e da Igreja, formava uma entidade sustentada e enaltecida por prestígios sociais. Aqueles que não fossem provenientes de uma ascendência nobre ou não tivessem qualquer vínculo com a organização religiosa, permaneciam à sombra de um pensamento exclusivamente conservador, excludente e autoritário. A honra era a força que impulsionava essa classe dominadora que tentava eliminar quaisquer ameaças que pudessem pôr em risco essa posição tão conquistada. Por um longo tempo, esse patriarcado detinha o poder que tornavam normativos os estereótipos masculinos, ou seja, ele manifestava uma masculinidade denominada hegemônica – a prática que torna legítimo o lugar de domínio dos homens, pondo em posição de subalternidade as demais formas de ser homem.

George Mosse, em sua obra *La imagen del hombre: creación de la moderna masculinidad* (2000), aborda dentre outros conceitos, as masculinidades hegemônica e marginalizada. O autor apresenta que com as mudanças ocorridas no cenário ocidental a partir do final do século XVIII – isto é, a modificação do panorama familiar, a necessidade de mão de obra qualificada, o surgimento de constituições e de uma nova estrutura política, as guerras e as revoluções, a ascensão da burguesia, etc., a noção de *pater familias* que configurava o patriarcado hegemônico foi “esvaziado paulatinamente até o seu completo desaparecimento – o direito sobre a vida dos subordinados, ao passar para o Estado, com a instituição da Justiça, exigiu uma redefinição da forma de ser e estar homem e das características que viriam a pautar a masculinidade.” (LUGARINHO, 2017, p. 200).

No decorrer do século XIX, à medida que os burgueses avançavam com suas perspectivas e fomentos pautados nas aspirações de liberdade, no sentimento de nacionalidade, de ordem e de progresso, a masculinidade hegemônica que estava condicionada, até então, pela nobreza, dissolve-se e se normatiza sob o controle de outra configuração do masculino, a do homem moderno burguês cujos propósitos estavam na

conquista de valores morais (o lar, a família e as situações que envolviam o feminino) e na ascensão através do dinheiro (o trabalho, a política e os direitos). Logo, este se torna o modelo legítimo de lugar de dominação e, conseqüentemente, passa a ter o reconhecimento social que o eleva ao patamar de “verdadeiro homem”. Assim, ele passa a assumir o controle de tornar normativos os estereótipos da masculinidade hegemônica moderna – homem branco, cristão, heterossexual e endinheirado, possuidor de coragem e de força de vontade para lutar por seus próprios objetivos.

O ideal de masculinidade, como pontua Mosse (2000):

foi invocado como símbolo de regeneração pessoal e nacional, mas também como elemento básico para a autodefinição da sociedade moderna. Supunha-se que a masculinidade salvaguardava a ordem existente contra as ameaças da modernidade, mas também era considerada como atributo indispensável para aqueles que desejavam a mudança. (MOSSE, 2000, p. 7, tradução nossa)

A nova sociedade burguesa estava em processo de formação, ganhando novos contornos sociais, políticos e econômicos. Os anseios e esperanças que pairavam o ambiente português naquela época estavam estritamente ligados à masculinidade moderna que, como citado, passa a adquirir posição de hegemonia em relação às demais.

A ruptura com ideais anteriores acerca do que era ser modelo de homem, o nobre, não aconteceu de maneira repentina, como exemplo: por um longo tempo, o homem burguês carregava o brio de guerreiro quanto ao enfrentamento de duelos, a disposição de defesa de sua honra através da cavalaria, o desejo de obter, desde que pudesse pagar, títulos de nobreza. No entanto, na mesma medida em que se copiavam os costumes e as maneiras que os homens do Antigo Regime manifestavam suas masculinidades, o continuado enobrecimento de alguns burgueses provocava o enfraquecimento delas, logo, de suas posições de modelo ideal hegemônico.

A hierarquização das masculinidades ficou intrinsecamente ligada à disputa pelo domínio que ocorria entre os homens, como tais, entendiam que “a forma que [...] confirma[vam] o que pensa[vam] que [era] sua virilidade” (MOSSE, 2000, p. 5, tradução nossa) era o que representava, dentro de seus contextos, a sua masculinidade. Essa dominação masculina é o poder e a autoridade mediante as questões da família, da Igreja e do meio social; é o controle sobre a maneira na qual deve atuar um

indivíduo; é a imposição de padrões determinados a serem seguidos. Tais primazias universalmente concedidas aos sujeitos produzem e reproduzem mandamentos perduravelmente culturais. Portanto, o domínio “[...] confere aos homens a melhor parte, bem como os esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos, e das ações de todos os membros da sociedade.” (BOURDIEU, 2012, p. 45).

Enquanto ocorria essa disputa de maior dominação, a mulher era mantida, cada vez mais, à condição de subjugação e de exclusão por parte dos homens. A ela eram dados somente deveres a serem cumpridos, que incluíam submissão legal à autoridade marital e ao poder paternal. Ou seja, na vida conjugal, por exemplo, cuja tutela era passada de um homem para outro, ela deveria, sobretudo, seguir um modelo de comportamento que era severamente regido por eles para a disciplinarização do seu corpo, no que diz respeito à sua postura, ao seu papel como esposa e mãe e à sua posição diante dos códigos de sinais dos homens. No entanto, a supremacia e o controle masculinos sobre as mulheres não permaneceu por muito tempo, pois elas reagiram e por meio das lutas femininas, desbravaram caminhos, ultrapassaram limites, assumiram posições antes vetadas, assim, colocando em questão a condição de domínio do homem e desestabilizando todo um esquema disciplinar e legal que ele possuía sobre elas. Nesse sentido, as mulheres assumiram a manifesta posição *antimasculinidade*.

A princípio, a *antimasculinidade*, entendida como a maneira com a qual as mulheres se impõem e assumem o controle de situações outrora consideradas pertinentes somente a eles, foi pensada segundo a proposta de Pierre Bourdieu sobre dominação masculina. Além disso, é a posição de assumirem a independência, o controle de suas próprias vidas, não tendo suas sexualidades reprimidas e suas condições subjugadas. No entanto, com o decorrer das pesquisas sobre as masculinidades, deparamo-nos com outro conceito muito pertinente e que aprofunda a temática apresentada. Trata-se da masculinidade feminina discutida por Judith Halberstam, na obra *Masculinidad Femenina* (2008).

Enquanto Mosse (2000), no universo masculino, apresenta as masculinidades como hegemônica e marginalizada, Halberstam (2008) as qualifica em dominante e alternativas, sendo a masculinidade feminina uma destas. Por um lado, o autor destaca que a mulher passou a ser uma ameaça a decadência da masculinidade, quando deixou de assumir o

único papel a ela imposto, o de esposa e mãe do lar, para alcançar, através de lutas, outros patamares considerados outrora inadmissíveis. Por outro, Judith Halberstam apresenta o feminino como possuidor de uma masculinidade própria, alternativa à hegemônica, capaz de dar conta de qualquer situação e circunstâncias pessoais, sociais e financeiras.

Para a autora, as mulheres heterossexuais e as lésbicas possuem uma masculinidade sem homens, sem a necessidade de imitações, muito menos de comparações. Elas possuem seus próprios ideais viris, suas posturas de coragem, de honra e de virilidade, contrárias às expectativas de feminilidade. Ainda, as características que identificavam a performance de ser e estar homem que parte de seu corpo e de seus efeitos não são exclusivas dele, elas também podem manifestá-las. Obviamente que em um século em que as mulheres eram colocadas em posição de controle e submissão, tais reações assumidas por elas eram não só vistas de maneira negativa e ultrajante, como também foram recebidas de formas violenta e inaceitável.

Mas nada disso as impediu de assumirem, com coragem, o lugar de protagonistas de si mesmas, de serem donas de seus espaços e senhoras de seus destinos. Essas atitudes femininas que não eram admissíveis aos homens e que, de certa forma, provocaram o enfraquecimento, senão o declínio de suas dominações sobre elas foram manifestadas por diversas personagens das narrativas de Camilo Castelo Branco.

Em *A neta do arcediogo*, a personagem Liberata era uma prostituta e que, evidentemente, descumpria todos os modos sociais vigentes, ignorando a posição marginalizada em que a sociedade a colocara e, como uma mulher varonil, priorizava suas próprias vontades, que a conduziram a um caminho de heroísmo. Podemos começar a analisar a personagem a partir do que Jacinto do Prado Coelho afirma sobre as prostitutas nas obras camilianas: elas “passam geralmente rápidas ou só interessam depois de arrependidas” (COELHO, 1983, p. 91). Todavia, Camilo rompe com essa padronização apresentada pelo camilianista, engambela a atenção moral pública, dizendo que em seus romances não regenera esses tipos de mulheres como se fazia naqueles tempos e, sorratamente, impelido por uma ironia cáustica, sem que o leitor perceba, transforma uma prostituta desprezada pela sociedade em uma autêntica heroína romântica.

Nas novelas camilianas, o herói romântico não se caracteriza apenas por aqueles em que o sentimentalismo exagerado incendeia a alma, fruto de um convencionalismo de estilo. Inclusive, Camilo ironiza esse exagero

“exatamente quando nele descortinam artifícios e lugares-comuns que pouco e nada devem a uma autenticidade” (PEREIRA, 1997, p. 232), que é verdadeiramente a essência romântica e será o caminho escolhido para analisarmos a personagem, junto com outras evidências, por vezes encobertas por uma cortina densa de moralidade proveniente de uma sociedade que repreende e persegue aqueles considerados como uma ameaça aos bons costumes e à família, principalmente, quando se trata de uma mulher. A configuração de um herói está muito além de um sentimento. Este, que está atrelado a uma série de fatores, torna-o um modelo complexo, bem mais profundo, e que, geralmente, é desvelado através de desassociações e desconstruções do sujeito – na sua posição social, pessoal, moral, etc.

Liberata era uma mulher ativa, destemida, que ia de encontro a todas as regras sociais. Ela era uma mulher de coragem que possuía o controle de sua própria existência, de sua sexualidade e de seu próprio sustento em um tempo em que eram largamente reprimidos tais princípios por parte de uma mulher. O narrador se esforçou até o fim da narrativa em não regenerar essa prostituta, mesmo sendo o arquétipo da época que se baseava em Maria Madalena, mulher remida através de um encontro com Cristo. Apesar de ele não dar remissão à Liberata, ao descrever atitudes dela e os posicionamentos escolhidos diante das adversidades que ela enfrentava, o efeito reverso vem à tona: configura-se, assim, uma personagem envolta em uma experiência amorosa com o amante Luiz da Cunha e Faro que a evidencia como uma autêntica heroína romântica. Ela não sofria a ausência dele, muito menos desejava-o a todo custo, pelo contrário, tinha prazer na vida dissipada que levava com as riquezas que os amantes poderiam lhe proporcionar; Liberata só vivia a experiência amorosa nos encontros e reencontros com Luiz da Cunha.

Em outro momento, Liberata, vendo-se afetada pela degeneração que a pobreza, a velhice e a embriaguez provocaram nela, assume para ele que a sua condição era irreversível. No entanto, mesmo sabendo da situação, Luiz a acolhe e os dois voltam a viver juntos e, em dez dias, aquela aparência que lhe pesava a face mudou; ao longo de um mês, vivendo com seu amor, ela já estava com o ânimo totalmente recomposto. Sendo assim, Liberata recuperou “o sentido do vigor anímico, que, em princípio, por natureza, caracteriza o herói romântico” (PEREIRA, 1997, p. 232), fazendo-a dotada de energia que foi direcionada para a superação de uma barreira, de uma dificuldade.

Liberata vivia uma experiência amorosa com Luiz, transformando-se em uma mulher única no mundo para ele, mesmo outrora abandonado. Eles se reconheciam e se amavam, apesar de a sociedade imaginar que entre um homem e uma prostituta só poderia haver desejo. “Pois não seria amor a soffreguidão d’aquelles beijos? Não seria amor a anciedade de Liberata, procurando-o, se lhe tardava vinte minutos mais, nos paços do concelho? Não seria amor o orgulho com que Luiz da Cunha fallava de sua esposa aos cavalheiros da terra?” (CASTELO BRANCO, 1926, p. 206).

Camilo Castelo Branco dá a essa personagem feminina um final marcado pela tragédia, como se esperava na época para aquelas que transgrediam as convenções sociais. No entanto, a genialidade com a qual ele construiu a trajetória de Liberata na narrativa, transformando-a, aos poucos, sem que escandalizasse os olhos moralistas, de uma libertina a uma heroína romântica, surpreende pelo desenrolar dos fatos, principalmente quando é revelada a morte dela:

Salvaste-me, Luiz. Morro contente assim: [...] Tu tiraste-me da morte da alma, e eu quiz defender-te da morte do corpo. [...] É um bom fim o meu! As mulheres virtuosas... raras são as que assim morrem... Se me não encontrassem perdida de todo, não poderias nada sobre mim... Fogem-me os sentidos, Luiz... É a vida... Deixa-me expirar bem perto do teu coração... Como é bom morrer-se com o perfeito juizo para se conhecer a pessoa que se deixa... com tanta saudade.. Que dôr!... o peor é deixar-te pobre... e... só... no mundo. Liberata expirou. (CASTELO BRANCO, 1926, p. 209).

No fim, apesar de ser louvada como “corajosa” pelo narrador, ela é punida com a morte, ao receber um tiro quando tentava fugir juntamente com Luiz de Cunha por roubarem sem sucesso carga de tecidos finos. E foi assim que ela estava na ocasião: “montava com varonil perfeição. Grudava um bigode gracioso arreganho; vestia um casaco de peles: cruzava com a perna em brunida bota d’agua um bacamarte, e lançava com um piparote para a nuca o chapéo sevilhano” (CASTELO BRANCO, 1926, p. 208). Pelas transgressões cometidas, Liberata morre vestida como um bandoleiro, sem chances de regeneração como declarava constantemente o narrador camiliano.

Outras personagens camilianas que manifestaram uma masculinidade feminina foram Rosa Guilhermina e Maria Elisa, do romance *A filha do arcediogo*. Duas amigas íntimas que vivenciaram uma experiência homoerótica. Evidente que Camilo, através da linguagem, tenta

apresentar apenas uma inocente amizade entre elas que, no decorrer da narrativa, revela-se algo além disso: uma relação mais incitante que é desmascarada a partir do momento que o silêncio, por meio dos recursos linguísticos empregados pelo autor, é rompido.

Os romances românticos do século XIX abordavam questões que pudessem escandalizar o público leitor de maneira muito velada, como é o caso da sexualidade feminina, e Camilo não deixava de declarar defesa pelos princípios morais que eram exigidos, principalmente, às mulheres. No entanto, através da linguagem silenciada é possível depreenderem-se outros sentidos, no caso, de conotação sexual, erótica e prazerosa. Como afirma José Carlos Barcellos é possível “na linguagem e através dela que as experiências se fazem enquanto tais no momento mesmo em que se dizem. É, pois, no espaço histórico e social da(s) linguagem(ns) [...] detectar as diferentes experiências homoeróticas que chegaram a se configurar nas narrativas” (BARCELLOS, 2006, p. 106). Então, a partir disso, é possível perceber como estava configurada essa relação entre elas.

Observe-se no universo camiliano, a linguagem e os recursos literários empregados para caracterizar ainda mais as personagens demonstram que elas podem ser analisadas por outros prismas, talvez mais incitantes. O narrador, ao utilizar tais artifícios, rompe sem perceber com esse silêncio, revelando algo da peculiaridade dos comportamentos sexuais de cada uma delas. Isso está evidente na descrição dada por ele à trigueira Maria Elisa, quando comparada à outra trigueirinha, a dos Cânticos de Salomão, um dos livros que integra o Antigo Testamento da Bíblia, cujos aspectos eróticos, sexuais e sedutores recaem sobre a figura feminina. Descrita em uma linguagem poética, a mulher de Salomão é desejosa e expressa sua vontade por beijos, pelo amor e pelo sexo. A explicação apresentada pelo narrador ao comparar Elisa à fogosa de Salomão, foi para descrever, com muita sutileza, apenas “o eterno tipo do belo” (CASTELO BRANCO, 1977, p. 40) que possuía a personagem, concluindo que, se a menina era trigueira, então era bela. Entretanto, o efeito reverso acontece: o ocultamento é rompido subitamente com uma estratégia literária muito utilizada pelo escritor português – a comparação religiosa. A partir daí, uma nova linguagem ressurgiu demonstrando que a órfã não era somente bela, e de puritana não tinha nada, pelo contrário: revelava uma mulher com sede por experiências sexuais, movida a sedução, a erotismo, a beijos e a excitação, tal como a de Cânticos.

Na fala do narrador, que em toda a narrativa se esforçou em silenciar tal sentimento vivido pelas meninas, dizendo que o que viviam não

passava de uma amizade pueril, uma relação de fraternidade inocente, o efeito sempre reverso parece o contrariar: “Augusto Leite retirou-se. Maria Elisa, com o coração alvoroçado de prazer, foi abraçar Rosa, e exclamou, com quanto amor podia empregar na sofreguidão dum beijo: «És minha para toda a vida!»” (CASTELO BRANCO, 1977, p. 198). Percebe-se que nesta passagem o homoerotismo aparece manifestado como evidência de extremo zelo e proteção de Elisa para com Rosa, todavia respira-se um sentido mais incitante, cujas palavras declaram que o que ela faz é expressar senão um desejo de quem está enlouquecida de prazer, cheia de apetite sexual pela amada. Dessa forma, configurando-se, a masculinidade feminina de duas pessoas que se amavam e buscavam saciar seus desejos sexuais, através de características e de atitudes de coragem próprias.

Outro momento em que pode ser observado a masculinidade é na atitude de Rosa Guilhermina. A menina, quando nega as exigências impostas pelo genitor, oferecendo a ele, inclusive, as únicas opções das consequências pelas quais ela sofreria – a morte ou o convento –, passa a assumir o sentido de sua própria existência, tornando-se sujeita tão somente do seu querer, desfazendo com tudo aquilo que já não tinha mais significado para ela. Enfim, “como senhora de sua vontade” passa a explorar suas curiosidades pelo novo e a vivenciar momentos de prazer.

Outro aspecto que pode ser observado sobre masculinidade feminina é o encontro que as amigas tiveram com José Bento. Elisa, ao conhecer o ex-pretendente de Rosa, começa a ridicularizar a vida do rapaz, escarnecendo das situações que aconteceram com ele, até mesmo as constrangedoras, como as dores de barriga que ele sentira até o momento da despedida de Rosa ao recolhimento de S. Lázaro. Nesse episódio, José sofrera tanto com a enfermidade que pediu à mãe que lhe mandasse dar o que fora receitado pelo cirurgião, o semicuplo (banho de assento), que “à parte a posição, que não era bonita” (CASTELO BRANCO, 1977, p. 28), levou o menino a lamentar “de cócoras profundamente a sua sorte” (CASTELO BRANCO, 1977, p. 28). Foi dessa fragilidade humilhante e sofredora que debochava publicamente Elisa, deixando-o extremamente furioso a ponto de faltar palavras para tamanha afronta. Afinal, essa manifestação na atitude de uma mulher não era adequada, já que, naquela época, era inadmissível que elas envergonhassem a honra masculina.

Essas três mulheres desarticularam todo um legado fortemente construído e perpetuado para que elas não possuíssem liberdade de

suas próprias vidas, caracterizando a masculinidade feminina. Todavia, como era de se esperar, seus esforços esbarraram nos empecilhos da época. Liberata, malgrado sua valentia, morreu violentamente no final do romance. Rosa Guilhermina e Maria Elisa não conseguiram ficar juntas para sempre, chegando ao ponto de a filha do arcediogo ter se mostrado arrependida no romance subsequente. Com isso, é possível afirmar que Camilo Castelo Branco, ao menos nesses dois livros, apresentou ficcionalmente ações femininas que, se diminuíram a força da masculinidade hegemônica, não deixaram de sofrer consequências.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELO BRANCO, Camilo. A filha do arcediogo. Lisboa: Europa-América, 1977.

CASTELO BRANCO, Camilo. A neta do arcediogo. 7. ed. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1926.

COELHO, Jacinto do Prado. Introdução ao estudo da novela camiliana. 2. ed. Lisboa: INCM, 1983. Volume 2.

HALBERSTAM, J. *Masculinidad Femenina*. Trad. Javier Sáez, Barcelona-Madrid: E. Egales, 2008.

LUGARINHO, Mário César. *João Melo: identidade nacional e masculinidades em crise*. Revista de Estudos Literários 5 (June 2017): 189–219. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/2183-847X_5_7>. Acesso em: 20 out. 2021.

MOSSE, George L. (2001). *La imagen del hombre: creación de la moderna masculinidad*. Trad. Rafael Heredero. Madrid: Talasa.

PEREIRA, Capelo B. Heroi. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). Dicionário do Romantismo Literário Português. Lisboa: Caminho, 1997. p. 230-233.